

FISCALIZAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO: REALIDADE NA GO 346

TRAFFIC MONITORING AND SAFETY: Reality on GO 346

XAVIER, Cauê Gomes.¹
SEVERO, Viviane Martins.²

RESUMO

A função da Polícia Militar (PM) é muito mais abrangente do que prender criminosos e fiscalizar as ruas. Um dos seus trabalhos é o policiamento ostensivo de trânsito. Nesse artigo o objeto de pesquisa é abranger o conhecimento do leitor acerca do papel da PM na segurança do trânsito e enunciar a realidade das abordagens realizadas na GO 346, através de uma pesquisa exploratória por amostragem feita com os profissionais que atuam nessa área territorial. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) no artigo 23 aponta que as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal devem e podem realizar fiscalizações de trânsito. O trânsito não pode ser visto como fonte de arrecadação de fundos ou desordem pública. A PM exerce o papel de policiamento ostensivo de trânsito fiscalizando os meios de mobilidade. A pesquisa foi realizada através de um questionário e teve êxito, pois dispôs sobre a realidade dos agentes de trânsito da Polícia Militar da GO 346.

Palavras-chave: Polícia Militar; GO 346; Abordagens.

ABSTRACT

The function of the Military Police (PM) is much more comprehensive than arresting criminals and inspecting the streets. One of his jobs is ostensive traffic policing. In this article the object of research is to cover the reader 's knowledge about PM' s role in traffic safety and to state the reality of the approaches carried out in GO 346, through an exploratory survey by sampling done with the professionals that work in this territorial area. The Brazilian Transit Code (CTB) in article 23 indicates that the MPs of the States and the Federal District must and can carry out traffic inspections. Traffic can not be seen as a source of fundraising or public disorder. The PM plays the role of ostensive traffic policing, supervising the means of mobility. The research was carried out through a questionnaire and was successful because it disposed about the reality of the transit agents of the Military Police of the GO 346.

Keywords: Military Police; GO 346; Approaches.

¹ Aluno do curso de especialização em Gestão em Segurança Pública. Graduado pelo Unicamp no Curso Sequencial de gestão em segurança pública.

² Professora orientadora do curso de especialização em Gestão em Segurança Pública da Academia de Polícia do Estado de Goiás.

1- INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é dispor de conhecimento da realidade dos agentes de trânsito da Polícia Militar (PM) da GO 346. Visto que há uma incidência grande de reportagens e histórias de diversas infrações cometidas por essa região.

Sabe-se que o policiamento militar no trânsito é muito importante para o combate e diminuição do crime e cumprimento das leis, contudo será que o trabalho desempenhado por esse agentes são suficientes? Será que o índice de acidentes e infrações penais diminuiu depois da instalação desse comando na GO 346? E os policiais dessa área têm ajuda e amparo de algum órgão?

Na GO 346 há um pólo da polícia militar rodoviária. O presente trabalho fará uma abordagem através de uma pesquisa exploratória com os agentes da PM que trabalham nessa área, para conhecer um pouco da realidade vivida pelos mesmos. Almeja-se que a conclusão com os resultados seja de certa maneira proveitosa, que possa entender como é o trabalho dos mesmos para alcançar paz e segurança no trânsito.

O trânsito não pode ser visto como fonte de arrecadação de fundos ou desordem pública. Anseia-se do mesmo modo que o usufrutuário pedestre, ciclista ou motorista obedeça às leis e deveres.

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) afirma que o trabalho da PM deve ser firmado através de convênios com o DETRAN (Departamento de Trânsito) estadual, órgão executivo de transição ou rodoviária da cidade. A PM vem atuando nessa especialidade desde o Decreto Federal de 1969. Esta entre os trabalhos executados pela mesma, fluxo das ruas de forma correta e averiguar violações da legislação brasileira por todo âmbito de sua jurisdição (BRASIL, 2008).

É mais comum do que se pensa entre os policiais e a sociedade compreender quais são as reais atribuições da PM no trânsito. Porém entende-se que o trânsito assemelha-se com ordem pública e é competência da PM tudo que correlaciona-se com segurança pública.

Por toda malha viária existem postos de fiscalização que visam à prevenção e redução da criminalidade. Nesse sentido, o Brasil esta buscando diversas maneiras de enfrentar as questões atuais com o trânsito e a segurança pública.

Uma das providências tomadas foi à elaboração da Política Nacional de Trânsito em 2004 (PNT), nela enuncia que o trânsito é feito de pessoas e que deve ser garantido à qualidade

para elas. A PNT de 2004 tem o objetivo de reverter os elevados índices de violência no trânsito, pois é grande o número de feridos e mortos no país (BRASIL, 2004).

É necessário trabalhar com a sociedade fazendo mobilizações de informações, campanhas e propaganda informativas, palestras na rede escolar e pesquisa e parcerias para conscientização e diminuir a incidência de violência e alcançar um trânsito mais justo e de qualidade.

2- REVISÃO DE LITERATURA

Acredita-se que a maior parte dos servidores da Polícia Militar e cidadãos não saibam quais são as funções da PM no que remete ao trânsito brasileiro. É para conhecimentos dos leitores que no sub tópico 1 desse capítulo, será abordado nas Políticas Públicas Brasileiras o papel dos mesmos.

No sub tópico 2 será mostrada algumas das diversas punições para crimes cometidos na malha viária do Brasil. Visto que há uma quantidade muito grande de infrações cometidas por toda essa extensão.

2.1 FUNÇÕES DA POLÍCIA MILITAR DE ACORDO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O presente trabalho é fundamentado na afirmativa de que o trânsito define-se pela relação do indivíduo com o meio em que vive. Dessa forma há uma carência de mobilidade no próprio meio, esses meios de mobilidade podem ser ou não veículos de tração humana, animal e motora. A Polícia Militar como participante desse meio esta ligada a atividade do tráfego, visto isso essa atividade esta incluída na legislação. Uma vez que é papel da mesma defesa da ordem pública.

A PM exerce o papel de policiamento ostensivo de trânsito fiscalizando os meios de mobilidade. O anexo I da CTB define a atividade de fiscalizar como:

Ato de controlar o cumprimento das normas estabelecidas na legislação de trânsito, por meio do poder de polícia administrativa de trânsito, no âmbito de circunscrição dos órgãos e entidades executivos de trânsito e de acordo com as competências definidas neste Código. (BRASIL, 2008).

Contudo a fiscalização deve ter caráter administrativo como princípio, com o cumprimento das normas previstas na CTB. A segurança pública deve ser vista sobre três aspectos:

[...] sob três aspectos:

Valor comunitário: a Segurança Pública é um valor geral, comum vital a todas as comunidades; todas elas, sem exceção, têm um anseio e uma aspiração comum: viver em segurança.

Valor jurídico: a Segurança Pública é a manifestação de poder do Estado, fundamentada na ordem jurídica, objetivando o exercício da força na garantia do direito.

Valor governamental: a Segurança Pública é o conjunto de atividades complexas e variadas que o Estado coloca à disposição da população, visando protegê-la contra os delitos em todas as nuances, contra os desastres, sinistros e catástrofes, naturais e/ou artificiais, garantindo, em consequência, a ordem pública. (SILVA, 1995, p.17)

Na Constituição no artigo 144, Título V, Capítulo III diz ser prática dos PM's:

Artigo 144 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...]

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

[...]

§ 5º - Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. (BRASIL, 1988).

Sendo assim pode-se salientar que a missão da PM é recebida do Estado. Como visto acima para que aconteça uma fiscalização por parte da Polícia Militar é necessário convênio firmado, e como visto no artigo 280 do CTB é necessária a nomeação como agentes da autoridade do trânsito.

O agente da autoridade de trânsito competente para lavrar o auto de infração poderá ser servidor civil, estatutário ou celetista ou, ainda, policial militar designado pela autoridade de trânsito com jurisdição sobre a via no âmbito de sua competência. (BRASIL, 2008).

No entanto mesmo que não haja convênio não há empecilho para a execução do policiamento de trânsito de forma a preservar a ordem pública. Em resenha a PM sempre será encarregada do Policiamento Ostensivo de Trânsito, na repressão, prevenção e fiscalização da ordem pública.

Sabe-se que uma boa parte dos Estados e o Distrito Federal possuem órgãos especiais que atuam no trânsito, porém não empata o trabalho da PM com o policiamento ostensivo de trânsito.

Existe uma emenda constitucional de n 82/2014 no artigo 144 que estabelece segurança viária com a função de manter a ordem pública e integridade das pessoas e bens. Nela essa incumbência é do Estado, Municípios e Distrito Federal. Seria importante também terem acrescentados as entidades como União e os órgãos como Polícia Rodoviária Federal (PRF), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A ocupação específica de agente de trânsito foi incluída na Constituição Federal pela Emenda nº 82/2014. Visto isto para guarnecimento dessa área é necessário concurso público como enuncia no artigo 35, seção II. (BRASIL, 1988)

Contudo é vetado o desvio de funcionário público de outras funções para área de segurança viária e também contratar temporariamente, como enuncia a Súmula Vinculante nº 43 “é inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido“ (BRASIL, 2017).

Não pode confundir a profissão de Guarda Municipal com a de agente de trânsito, por mais que as duas possam atuar no trânsito.

O CTB, ademais, diz que é de competência comum entre os entes da federação para a fiscalização de trânsito. Sendo assim, a doutrina majoritária concorda que a criação da nova carreira não afasta a competência da Guarda Municipal, nem a atividade de policiamento ostensivo de trânsito exercida pela PM.

2.2 VIOLAÇÕES DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NO TRÂNSITO

Por toda malha viária brasileira é abordada por policiais e órgãos de segurança pública uma enorme variedade de violações das legislações. Dentre eles o tráfico de drogas, tráfico de menores, mercadorias roubadas e/ou sem autorização legal, extração e transporte de recursos naturais proibidos por lei, condução de veículos por condutores alcoolizados ou consumidores de substância psicoativa, acidentes automobilísticos, entre diversas outras.

O artigo 1º do Código de Trânsito Brasileiro de 1997 resume que “Art. 1º: O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código”.

O CTB de 2006 dispõe de punições severas para crimes de trânsito e no trânsito onde os valores podem ser multiplicados por três, e podendo também dependendo do crime cometido ter pena de prisão (BRASIL, 2006).

Os acidentes e violência no trânsito são um dos responsáveis do grande número de mortalidade no Brasil e isso acarreta consequências e gastos para os Estados e órgãos. É a nona causa principal de morte no Brasil. Em 2004 o Ministério da Saúde mensurou 35.764 mortes vítimas de trânsito (BRASIL, 2007).

Sabe-se que o uso do álcool, é responsável por muitos acidentes de trânsito, no entanto, o uso de drogas é pouco divulgado, e também tem uma parcela de responsabilidade muito grande nos acidentes.

As legislações acerca de álcool e drogas variam muito entre países. Alguns deles requerem que a acusação (geralmente o Estado) prove que o condutor estava com alterações psicomotoras, ou seja, deve-se provar que a concentração da droga encontrada era suficiente para causar prejuízos na condução. Por essa ser uma tarefa um tanto complicada, alguns estados adotaram as leis que determinam que qualquer concentração encontrada, acima do limite permitido (que geralmente é expresso apenas para o álcool; para drogas, o limite é o de detecção do método utilizado para análise), é pressuposta como sendo causadora de redução na capacidade de dirigir (APIS, 2007). Há um considerável número de evidências de que várias drogas ilícitas podem causar prejuízos psicomotores e influenciar o ato de dirigir veículo automotor.

Outro delito muito atuado é o de cargas ilegais, com drogas e mercadorias pirateadas e roubadas. Pelas rodovias e malhas viárias, ou seja, pelo trânsito terrestre, há um índice muito grande de narcotráfico. Em sua maioria as drogas estão misturadas em outras mercadorias como café, trigo, entre outros.

Há um índice muito grande também de roubo de carga por toda extensão rodoviária do país. A insegurança das rodovias federais brasileiras constitui um problema que há muito tempo assola o país e que mereceu maior atenção por parte das organizações empresariais a partir da década de 1980, em virtude do maior número de ocorrências de roubos de cargas, que acarretou num aumento significativo dos custos logísticos e na diminuição do desempenho do setor de transporte e distribuição (BEZERRA, 2006).

O percentual de mercadorias roubadas e cargas ilegais confiscadas ainda é muito baixo. E quando são achadas e recuperadas as cargas roubadas se tornam inúteis.

Contudo, visto o quanto o trânsito é importante para a economia e a qualidade de vida humana, e que por todo ele existe infrações, é necessário um olhar mais cuidadoso para esse espaço para alcançar qualidade na segurança da sociedade em geral.

3 - METODOLOGIA

Um olhar atencioso para realidade no trânsito brasileiro é de suma importância quando o objetivo é alcançar segurança global. Visto isso é que o presente trabalho fará uma pesquisa com os policiais militares que trabalham na base do COD (Comando de Operações de Divisas) na rodovia GO-346 com o objetivo de conhecer o trabalho exercido pelos policiais.

A rodovia GO-346 conta com a Polícia Militar Rodoviária (PMRv), que é composta por policiais militares do estado. A PMRv foi instalada na base do COD (Comando de Operações de Divisas) onde também funciona a Patrulha Rural.

Este estudo é um caráter exploratório, pois foram realizadas pesquisas em livros, sites, revistas e artigos e uma pesquisa de campo.

O público alvo da pesquisa são os policiais militares que trabalham na base do COD (Comando de Operações de Divisas) na rodovia GO-346.

A amostra da pesquisa compreende a quantidade de 5 policiais militares da referida base pesquisada. Caso seja possível almeja-se alcançar um número maior de respondentes, no entanto não sabe-se ao certo como será a aceitação da pesquisa no local.

Os participantes da pesquisa serão informados que os questionários serão anônimos onde não será possível identificar quem respondeu cada um.

De acordo com Velho (1986), o risco existe sempre que um pesquisador lida com indivíduos próximos, às vezes conhecidos, com os quais compartilha preocupações, valores, gostos, concepções. No entanto, assinala que, quando se decide tomar sua própria sociedade como objeto de pesquisa, é preciso sempre ter em mente que sua subjetividade precisa ser “incorporada ao processo de conhecimento desencadeado” (p. 16), o que não significa abrir mão do compromisso com a obtenção de um conhecimento mais ou menos objetivo, mas buscar as formas mais adequadas de lidar com o objeto de pesquisa. (VELHO, 1986 et. al. DUARTE, 2002)

O instrumento de coleta de dados será um questionário e a análise dos dados ocorrerá de forma descritiva interpretativa sendo que o pesquisador se compromete a ser imparcial na

coleta e percentagem das informações coletadas. O questionário terá perguntas abertas para que dessa forma os respondentes fiquem livres para expor sua realidade.

À dinâmica da pesquisa é qualitativa, quanto a seu fim o presente estudo tem caráter explicativo e exploratório, em função de sua temática contar com pouco da realidade vivida pelos policiais que trabalham pela extensão da malha viária GO 346.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor compreensão quanto à realidade dos policiais que trabalham na GO 346, foram aplicados questionários com perguntas fechadas e abertas.

Através de cálculos de porcentagem e tabelas, foram analisadas as perguntas. Consolidando assim os resultados obtidos. A consolidação trata-se de um agrupamento de respostas obtidas pelos entrevistados durante a aplicação da pesquisa de campo. Fortalecendo a análise que é um exame minucioso de cada item do questionário respondido, para assim obter um resultado consideravelmente bom.

Durante a aplicação da pesquisa de campo, a aceitação para com a pesquisa foi muito boa. Nenhuns dos policiais hesitaram em responder, demonstrando assim que fazem da melhor forma seu trabalho no local e não se sentem apreensivos com perguntas acerca de seu trabalho. No entanto não foi possível alcançar um número maior que cinco, pois o trabalho é muito intensivo e os mesmos ficam sem tempo para responder.

QUESTÃO 1: Quanto tempo você trabalha nesse pólo?

POLICIAL	RESPOSTA
A1	Há exatamente 03 anos.
A2	Há aproximadamente 3 anos.
A3	Há aproximadamente 3 anos.
A4	Por volta de 03 anos.
A5	Há mais ou menos 03 meses.

Na primeira pergunta que tinha o intuito de saber a quanto tempo o policial estava trabalhando nesse polo, a resposta obtida foi que 80% trabalham a cerca de 03 anos. E os outros 20% a cerca de 03 meses.

Pelo fato de trabalharem a um bom tempo no mesmo local, as respostas tendem á ser fidedignas. Quando o policial fica por um tempo razoável cria aproximação entre ele e a o ambiente e dessa forma melhora o atendimento como afirma Goldstein (apud Rolim, 2006, p. 81):

Um policial familiarizado com uma determinada área conhece as atividades e padrões de comportamento de seus moradores. Em áreas comerciais, por exemplo, ele sabe onde as pessoas trabalham à noite, como os bens são protegidos e com os depósitos bancários são feitos. Já nas áreas residenciais, ele aprende quais as pessoas que se reúnem regularmente nas esquinas e nos parques, os horários e práticas dos pequenos comerciantes e os padrões das pessoas ao usar e ao estacionar os carros. Qualquer fuga desses padrões alerta para a possibilidade de um ato criminoso estar ocorrendo.

QUESTÃO 2: Quais infrações são mais abordadas?

POLICIAL	RESPOSTA
A1	Faróis apagados durante o dia, licenciamento em débito, equipamento obrigatório ineficiente, falta do uso do cinto de segurança, sem habilitação para conduzir veículo
A2	1º Art 250 IB CTB, 2ª Art 167 CTB e 3ª Art 252 IV CTB
A3	No geral autuamos muito a falta do uso do cinto de segurança, farol apagado durante o dia, documento atrasado, falta de habilitação e equipamento obrigatório inoperante ou ineficiente
A4	Uma das notificações mais aplicadas é a falta do uso de segurança, farol apagado durante o dia, documento do veículo atrasado, falta de habilitação ela estando vencida e os equipamentos de uso obrigatório.
A5	São de faróis apagados durante o dia a falta de uso do cinto de segurança pelo condutor e passageiros de ultrapassagem sobre faixa continua.

100% dos respondentes disseram que as infrações mais abordadas são as referentes ao trânsito como faróis desligados, licenciamento em débito, falta do uso do cinto de segurança e condutores sem habilitação para conduzir veículos.

Para alguns, infrações simples como essas podiam ser ignoradas, no entanto algo que para alguns olhos são simples podem se tornar uma catástrofe com preceitua Santos(2001, p. 13):

[...] junto a tantas outras e mais graves infrações podem caminhar no sentido de um sentido de destruição e desordem. No caso do trânsito, com as circunstâncias atuais, tudo isto costuma ser altamente danoso, sob todos os aspectos. Na verdade, a tolerância de faltas mínimas pode acabar levando a um caos.

Independente do que os outros considerem a Polícia Militar não pode ignorar uma infração por mais que pareça insignificante, pois o mesmo deve executar com eficiência a sua missão constitucional e uma possível omissão encoraja outros a cometerem as mesmas infrações.

QUESTÃO 3: Qual trabalho vocês exercem nessa rodovia?

POLICIAL	RESPOSTA
A1	Patrulhamento de fiscalização preventivo e ostensivo, retirada de animais bovinos e eqüinos da pista de rolamento, e operação radar para inibir o excesso de velocidade, atendimento de acidentes de trânsito com vítima
A2	Além das atividades policiais ostensivas, fiscalização de trânsito, atendimento a acidentes de trânsito com vítima, bloqueios policiais, etc.
A3	Patrulhamento nas rodovias, atendimento de ocorrências em geral e acidentes de trânsito com vítimas, retiradas de animais da pista de rolamento.
A4	Patrulhamento, atendimento de acidente de trânsito retirada de animais da pista e ocorrência em geral.
A5	A fiscalização preventiva patrulhamento e também executamos bloqueios e operamos o radar móvel para controle de velocidade.

100% dos policiais responderam que exercem atividades policiais ostensivas, fiscalização de trânsito, atendimentos a acidentes de trânsito com ou sem vítima, bloqueios policiais e operação radar para inibir o excesso de velocidade.

No Código de Trânsito Brasileiro no anexo I conceitua o policiamento ostensivo da seguinte forma:

ANEXO I

DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para efeito deste Código adotam-se as seguintes definições [...]

POLICIAMENTO OSTENSIVO DE TRÂNSITO - função exercida pelas Polícias Militares com o objetivo de prevenir e reprimir atos relacionados com a segurança pública e de garantir obediência às normas relativas à segurança de trânsito, assegurando a livre circulação e evitando acidentes.

Ou seja, o trabalho exercido pelos policiais desse comando é respaldado pelo artigo 23 do CTB, vale ressaltar que tudo isso mediante convênio firmado.

QUESTÃO 4: Como são feitas as abordagens em veículos de pequeno e grande porte?

POLICIAL	RESPOSTA
A1	Geralmente em local amplo que ofereça segurança aos usuários da rodovia e a equipe policial 2
A2	Com a quantidade mínima de 3 policiais, em local com ampla visão e bem sinalizado, por cones
A3	Geralmente em bloqueio viário e em local que tenha segurança e no mínimo com 3 policiais
A4	Em bloqueio viário sempre dentro do POP e com segurança.
A5	Em local seguro com amplo espaço para estacionamento e com mínimo 03 policiais e uma viatura devidamente caracterizada.

Para cada situação uma forma de reação. O policial deve ser doutrinado e manter padrões para a segurança do cidadão e a sua própria. As respostas respeitam essa doutrina, pois todos os respondentes, perfazendo 100%, disseram que fazem abordagem em locais amplos e com no mínimo 3 policiais.

Diante disso é de extrema importância que os policiais passem por reciclagem de tempos em tempos para que seja repassado as medidas de ordenamentos e normas, como ressalta Silva (1997, p.3):

[...] onde analisamos a conveniência do treinamento ético e o comportamento do policial na abordagem e autuação do infrator de trânsito urbano, de forma a entender o motivo da mais variadas reações do policial e do condutor infrator, gerando, às vezes, discussões em vias públicas, transformando uma simples infração de trânsito em um fato mais grave.

QUESTÃO 5 : Vocês trabalham em conjunto como algum órgão?

POLICIAL	RESPOSTA
A1	Esporadicamente sim, quando somos solicitados, outras forças policiais, detran, agrodefesa, AGR e qualquer outro órgão que nos solicitar
A2	Sim, Alem de outras forças policiais, o fisco, agrodefesa, AGR, detrans (agentes) e qualquer órgão público que nos solicita apoio via ofício.
A3	Sim, Detran, Agrodefesa, Agr, Sefaz e outras forças policiais
A4	Agetop, Detran, Agr, Sefaz e outras forças policiais.
A5	Sim, ativamos com varias forças policiais com o fisco e também com a agrodefesa

Todos os respondentes disseram que trabalham em conjunto com os órgãos Detran, Agetop e outros. Mostrando que trabalham junto com a sociedade atual.

QUESTÃO 6 : Vocês possuem algum convênio com Estado ou Município? Se for sim a resposta explique.

POLICIAL	RESPOSTA
A1	Sim; Convênio com a Agetop, haja vista que a AGETOP é o órgão executivo estadual responsável para manutenção e controle das rodovias.
A2	Sim; Convênio com a Agetop, que detem o controle e manutenção das rodovias goianas estaduais.
A3	Sim; Convênio com a Agetop órgão estadual.
A4	Sim; Agetop (Agência de Transporte)
A5	Sim; Temos o convênio com a Agetop.

Na totalidade de 100% os respondentes disseram possuir convênios com a AGETOP. Esse convênio com a polícia militar garante assistência aos municípios e distritos que ficam pertos e na jurisprudência no que se refere à Segurança Pública. Essa implementação garante ações intensivas e preventivas no combate à criminalidade.

QUESTÃO 7:- Desde o início desse trabalho da polícia rodoviária nesse pólo há uma diminuição de acidentes e infrações?

POLICIAL	RESPOSTA
A1	Sim, ouve uma diminuição considerada no índice de acidentes de trânsito e infrações, muito provável em decorrência da fiscalização por nós realizada.
A2	Com certeza sim, acredito que de 60% a 70% a menos em acidentes e infrações de trânsito.
A3	Com certeza sim, diminuiu bastante os índices de acidentes de trânsito e infrações de trânsito, pois as abordagens de fiscalização ajuda bastante na parte preventiva.
A4	Desde da criação do posto houve sim uma diminuição dos índices de acidentes devido a intensificação das atividades.
A5	Sim tem diminuído com o trabalho constante preventivo e ostensivo da policia militar rodoviária nos período diurno e noturno nas rodovias goiana juntos somos fortes...

Todos os policiais respondentes do questionário afirmaram que após a instalação desse comando houve uma diminuição significativamente alta de acidentes e infrações de trânsito. Isso é louvável, visto essa é a responsabilidade da polícia como afirma Abreu (2001, p.3):

A eficácia da lei de trânsito depende essencialmente da ação policial. É esta que dá a real medida do que se deve ou não fazer, a que o público se acomoda. Podemos então afirmar que no trânsito os procedimentos policiais podem ter mais influência no comportamento dos condutores de veículos e pedestres do que a própria lei. Como regra, o efeito intimidativo desta está na razão direta da probabilidade que cada um sente de ser surpreendido pela Polícia e, sendo, não escapar por alguma forma da punição. Daí a importância da presença policial com ação irrepreensível e constante.

O trabalho mútuo da Polícia Militar com a população garante maior eficácia no combate à criminalidade. Isso fica claro e evidente nesse comando através das respostas afirmativas de diminuição de acidentes e infrações.

5 CONCLUSÃO

A PM tem uma função de extrema relevância na sociedade, uma vez que a mesma prima por zelar da paz do cidadão, da sociedade e dos bens público. Colaborando com todos os segmentos da sociedade, amenizando conflitos e fornecendo uma sensação de segurança. A Polícia Militar é de extrema importância para controle da ordem pública, pois eles têm missão de preservar e restaurar a ordem pública.

Com a pesquisa pode-se afirmar que o trabalho executado pela Polícia Militar da GO 346 em prol da prevenção e redução da criminalidade é de extrema eficácia assim como evidência a Constituição Federal 1988 no artigo 144. Vale destacar que a PM deve ser fiel no cumprimento das normas e legislação brasileira

A preocupação com o trânsito está em evolução. Antigamente se limitava a disponibilizar acesso e mobilidade a pessoas e veículos. Hoje, no entanto outros elementos como normas para circulação e segurança estão sendo idealizadas.

REFERÊNCIAS

APIS - Alcohol Policy Information System. **Blood Alcohol Concentration Limits: Adult Operators of Non-Commercial Motor-Vehicles.** APIS, 2007. Disponível em: <http://alcoholpolicy.niaaa.nih.gov/>

BEZERRA, M. **Uma Contribuição à Análise de Elementos Básicos do Gerenciamento do Risco de Ocorrência do Roubo de Carga no Transporte Rodoviário.** 2006. Dissertação (Mestrado em Transportes). COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto-lei n. 667, de 02 de julho de 1969.** Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros militares. Diário Oficial da República do Brasil, Brasília, 02 jul. 1969.

_____. **Decreto Federal 88.777 de 30 de setembro de 1983. Aprova o Regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares.** Diário Oficial da

República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 4 out. 1983. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D88777.htm.

_____. **Lei nº 11.705 de 19 de junho de 2008, Código de Trânsito Brasileiro.**
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11705.htm.

_____. **Política Nacional de Trânsito – PNT.** (2004) Disponível em:
<http://portal.saude.gov.br>.

_____. **Súmula Vinculante 43/STF-SVI - 18/12/2017. Administrativo. Constitucional. Servidor público. Concurso público. Necessidade. Cargo que não integra a carreira anteriormente investido. Súmula 685/STF. CF/88, art. 37, II Disponível em:**
<https://www.legjur.com/sumula/busca?tri=stf-svi&num=43>

_____. **Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade [SIM].**
Acessado em 20 agosto 2007. Disponível em URL: <http://www.datasus.gov.br>

SILVA, Ib. **Polícia militar – Questões institucionais.** Florianópolis, 1995.

APÊNDICE

**ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIAMILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO E GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Prezado (a) Respondente,

Este questionário é o instrumento de coleta de informações e dados que fundamentarão minha pesquisa de conclusão. O tema do trabalho é **FISCALIZAÇÃO E SEGURANÇA DO TRÂNSITO: Realidade na GO 346**.

O preenchimento deste questionário não é identificado, ou seja, é anônimo. As informações prestadas têm sigilo total.

Desde já agradeço!

QUESTIONÁRIO PARA OS AGENTES DA GO-346

1. Quanto tempo você trabalha nesse polo?

2. Quais infrações são mais abordadas?

3. Qual trabalho vocês exercem nessa rodovia?

4. Como são feitas as abordagens em veículos de pequeno e grande porte?

5. Vocês trabalham em conjunto como algum órgão?

6. Vocês possuem algum convênio com Estado ou Município? Se for sim a resposta explique.

() SIM () NÃO

7- Desde o início desse trabalho da polícia rodoviária nesse polo há uma diminuição de acidentes e infrações?
